

*Artigos Livres***Garanhão do cativo ou corpo subjogado? A reprodução de escravizados sob a lógica colonial**

Captive stallion or subjugated body? The reproduction of enslaved people under colonial logic

Clodoaldo Matias da Silva¹, UFAM

Resumo

O artigo analisa a reprodução forçada de pessoas escravizadas no Brasil como prática de dominação colonial e de acumulação patrimonial, tomando Pata Seca como figura simbólica. Examina como a reprodução compulsória atuou como estratégia de controle social, econômico e racial, articulando história social, pedagogia crítica e epistemologia decolonial. A análise abrange quatro eixos: contexto histórico, corpo negro como território de exploração e resistência, conflitos entre memória e apagamento institucional, e implicações pedagógicas. Conclui que reconhecer a reprodução forçada como política sistemática e abordá-la no ensino fortalece a reconstrução de narrativas negras e o enfrentamento do racismo estrutural.

Palavras-chave: Corpo negro; Educação; Escravidão; Memória; Racismo estrutural.

Abstract

The article analyzes the forced reproduction of enslaved people in Brazil as a practice of colonial domination and patrimonial accumulation, focusing on the symbolic figure of Pata Seca. It examines how compulsory reproduction operated as a strategy of social, economic, and racial control, linking social history, critical pedagogy, and decolonial epistemology. The analysis explores four axes: historical context, the Black body as a site of exploitation and resistance, tensions between memory and institutional erasure, and pedagogical implications. It concludes that recognizing forced reproduction as systematic policy and addressing it in education helps rebuild Black narratives and confront structural racism.

Keywords: Black body; Education; Enslavement; Memory; Structural racism.

Introdução

A reprodução forçada de pessoas escravizadas no Brasil do século XIX constitui uma das dimensões mais perversas do sistema colonial, ao transformar corpos negros em instrumentos de multiplicação patrimonial, tal prática, pouco abordada de forma crítica na

¹ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Ensino de Filosofia, Sociologia e História; Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica; Psicanálise, Psicoterapia e Psicopatologia do Adolescente; e, Cultura Indígena e Afro-brasileira pela Faculdade do Leste Mineiro - FACULESTE. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. Membro do Núcleo de Produção Científica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Assistente da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA. E-mail: cms.1978@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0610689835831570>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

historiografia tradicional, revela não apenas a violência física do cativo, mas a lógica simbólica e econômica que estruturava a sociedade escravista. A figura de Pata Seca, homem escravizado que teria sido compelido a gerar dezenas de filhos, torna-se aqui representação emblemática de um fenômeno silenciado. Seu corpo, submetido à lógica da reprodução compulsória, materializa a tensão entre mito e dor histórica, este artigo parte dessa imagem para discutir os mecanismos de dominação impostos sobre a masculinidade negra.

Diante dessa realidade, pergunta-se: De que modo a reprodução forçada de pessoas escravizadas foi utilizada como estratégia de controle e acumulação patrimonial no Brasil escravista, e como a figura simbólica de Pata Seca revela as dimensões de gênero, raça e poder que marcaram essa prática colonial? Tal questionamento propõe uma releitura crítica sobre a escravidão, recusando abordagens naturalizadas e propondo interpretações comprometidas com a justiça histórica, a proposta de análise aqui apresentada considera a articulação entre memória, corpo e dominação. A reprodução forçada deixa de ser um dado marginal e passa a ocupar o centro das dinâmicas de poder racializadas, ao lançar luz sobre esse processo, busca-se contribuir para a ampliação da consciência social sobre a herança colonial.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela urgência de romper com narrativas que romantizam ou invisibilizam a brutalidade do cativo, especialmente nas relações entre reprodução e dominação, além disso, a escolha pelo tema se ancora na relevância histórica de revisitar os dispositivos de opressão que sustentaram a escravidão e que, de diferentes formas, ainda ecoam na sociedade contemporânea. A abordagem da reprodução como domínio permite refletir criticamente sobre o papel do corpo negro na lógica capitalista-colonial, ao fazer isso, o artigo se posiciona como contribuição à luta por reparação simbólica e epistêmica, a figura de Pata Seca torna-se, assim, ponto de partida para denunciar práticas de animalização e mercantilização da vida.

A importância social e educacional desta discussão reside na necessidade de se reconhecer que a escola, a universidade e o campo científico têm o dever de problematizar narrativas históricas herdadas, ao tratar de um tema omitido nos currículos formais, a pesquisa fortalece o compromisso ético da educação com a memória dos oprimidos. No campo jurídico, o artigo provoca uma reflexão sobre as limitações das leis abolicionistas e sobre as lacunas históricas da justiça reparatória. Já na esfera acadêmica, o estudo busca preencher um vazio analítico sobre a reprodução forçada como tecnologia de poder, assim, ao unir educação, história e justiça, constrói-se uma leitura interdisciplinar e transformadora.

A metodologia adotada fundamenta-se em pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, ancorada na análise crítica de obras teóricas e historiográficas que abordam a escravidão, o corpo negro e as epistemologias decoloniais. O estudo não se apoia em documentos históricos diretos, mas em interpretações consolidadas na literatura acadêmica, permitindo um exame reflexivo sobre as representações simbólicas e discursivas que sustentaram o sistema escravista. A figura de Pata Seca é mobilizada como categoria analítica, capaz de expressar, por meio da memória e da oralidade, o entrecruzamento entre corpo, poder e colonialidade, essa abordagem privilegia a leitura interpretativa, orientada pela crítica social e pela pedagogia libertadora.

O artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução, das considerações finais e das referências. A primeira seção analisa a economia escravista e a lógica da reprodução como forma de capital. A segunda discute os discursos sobre masculinidade negra e dominação sexual no contexto colonial. A terceira explora as relações entre memória, oralidade e apagamento histórico, tomando a figura de Pata Seca como eixo simbólico. A quarta seção aborda as implicações pedagógicas e políticas desse debate, evidenciando o papel da educação na reconstrução das narrativas negras e na luta contra o racismo estrutural. As considerações finais retomam a hipótese de que a reprodução forçada foi uma tecnologia de poder racial e econômico, cuja compreensão crítica desnaturaliza a barbárie institucionalizada e propõe novas leituras da liberdade.

Compreender a reprodução forçada como tecnologia de poder implica reconhecer que o corpo negro foi duplamente subjugado: como força de trabalho e como capital biológico. Tal perspectiva amplia o debate sobre a escravidão, introduzindo-o no campo das relações de gênero, onde a dominação se expressa tanto na exploração da fecundidade quanto no controle da virilidade. Em sua obra, Paton (2023) argumenta que o capitalismo racial se estruturou na apropriação simultânea da força produtiva e reprodutiva das populações negras, estabelecendo uma economia da carne que ultrapassava o trabalho. Assim, a masculinidade compulsória do homem escravizado e a maternidade imposta às mulheres convergiam no mesmo princípio de exploração vital, em que a vida era convertida em lucro e disciplinada pela violência institucional.

Essa racionalidade, sustentada por estruturas coloniais, transformou o corpo masculino negro em ferramenta biopolítica, seguindo essa linha de pensamento, West e Shearer (2017) demonstram que, na experiência norte-americana, o controle da fertilidade e o silenciamento da subjetividade sexual foram estratégias complementares de opressão - paralelas às que, no

Brasil, animalizaram o homem negro como “reprodutor” (grifo nosso). Essa figura expressa a face masculina de uma pedagogia colonial que ensinava a obediência pela dor e a expropriação da vida como método de controle. Hooks (2019) enfatiza que compreender essa pedagogia requer deslocar o olhar para as interseções entre raça, gênero e representação, reconhecendo o corpo negro como território de disputa simbólica e política.

A crítica feminista negra, ao denunciar a racialização das hierarquias de gênero, oferece instrumentos para repensar a masculinidade escravizada como categoria histórica e política. Machado (2018) acrescenta que o domínio colonial instituiu pedagogias do corpo que definiram maternidades e paternidades sob a lógica da servidão, inscrevendo no corpo o aprendizado da subordinação. Repensar o corpo masculino cativo, portanto, é revisitar a genealogia do poder patriarcal, compreendendo como a administração da vida - seja pela reprodução forçada ou pela vigilância da virilidade - se tornou base estrutural do capitalismo colonial. A crítica aqui proposta, ao entrelaçar gênero, raça e história, busca revelar a dimensão educativa da violência e propor uma leitura ética e emancipatória da memória escravizada.

A dominação escravista e a economia da carne negra

A estrutura escravista brasileira consolidou-se como uma engrenagem orientada não apenas pela exploração da força de trabalho, mas pela administração sistemática do corpo negro, a partir da metade do século XIX, especialmente após a proibição oficial do tráfico atlântico, emerge uma racionalidade que vê no útero e na virilidade escravizada recursos de produção. A reprodução dos cativos torna-se uma prática planejada, inscrita na lógica econômica dos grandes proprietários de terra, é nesse momento que a dimensão reprodutiva passa a ser articulada como estratégia patrimonial. Os corpos já não são apenas força física: são sementes do capital em expansão, nesse sentido, a carne negra, é simultaneamente vida e mercadoria.

É nesse contexto que a análise de Truzzi (2007) se torna imprescindível, ao localizar a emergência de núcleos industriais e agroexportadores como São Carlos – SP, a coexistência entre produção cafeeira e incipiente industrialização intensificou o controle biopolítico sobre os corpos escravizados. O disciplinamento do tempo, do espaço e da sexualidade revela uma reconfiguração da dominação senhorial, agora mediada por interesses industriais, a cidade, então, torna-se espaço onde o corpo negro é moldado conforme a produtividade esperada. Esse processo, ainda que negado nos registros formais, permanece impresso na forma como o

trabalho e a reprodução eram geridos, a materialidade do corpo transformava-se, a cada ciclo, em capital acumulado.

É oportuno observar, conforme argumentam Silva e Hoffmann (2001), que a estrutura agrária brasileira manteve um padrão de concentração de terras e renda que reforçou a lógica do cativeiro mesmo após a abolição formal, as heranças institucionais do período escravista moldaram a organização do espaço rural e a política de corpos. Na prática, isso significava a reprodução da exclusão por meio da reprodução biológica dos cativos, a permanência dessa lógica no campo brasileiro revela que a dominação não se dava apenas pela força, mas também por mecanismos de controle demográfico e social. A terra, o corpo e o lucro estavam indissociavelmente conectados, a reprodução tornava-se, assim, um dispositivo econômico duradouro.

Sob essa ótica, Cardoso e Ianni (1982) compreendem o corpo como categoria política e social historicamente construída, no interior da sociedade escravista, o corpo negro foi moldado não apenas pelo açoite, mas por discursos e práticas que o reduziam à função produtiva e reprodutiva. A virilidade do homem escravizado não era atributo identitário, mas mecanismo funcional de continuidade da mão de obra, a lógica do uso do corpo masculino como força reprodutiva não pode ser dissociada da racionalidade colonial. O corpo, portanto, era domesticado pela reprodução compulsória e pelo interesse econômico, o silêncio historiográfico sobre esse aspecto revela sua profundidade traumática.

Seguindo essa linha de pensamento, a análise de Deleuze e Guattari (1995) permite compreender o corpo negro como “corpo sem órgãos” (grifo nosso), isto é, como superfície de inscrição dos códigos econômicos e morais do colonialismo. Nessa perspectiva, o sistema escravista não apenas impunha a submissão física, mas moldava simbolicamente os corpos, reconfigurando desejos, afetos e funções sociais. O cativo reprodutor emerge, assim, como expressão material dessa engrenagem: um corpo desprovido de autonomia, manipulado como instrumento de perpetuação do capital. A vida, reduzida a mecanismo de herança, tornava-se tecnologia de controle e de acumulação, expressando a racionalidade de uma biopolítica do lucro e da carne.

Essa figura histórica, ainda pouco explorada pela historiografia brasileira, condensa o cruzamento entre economia, gênero e racialidade, evidenciando como a virilidade negra foi transformada em recurso produtivo. O cativo reprodutor encarnava o ponto de convergência entre trabalho e genealogia, entre prazer e coerção. A reprodução, nesse contexto, não se limitava ao instinto biológico, mas constituía uma técnica planejada para garantir a

continuidade do cativo. A sexualidade tornava-se dispositivo de poder, administrado segundo a lógica da propriedade e da herança, transformando o corpo em espaço de dominação e de transmissão patrimonial.

Nos Estados Unidos, esse fenômeno assumiu caráter institucional, resultando no único crescimento vegetativo positivo entre populações escravizadas no Atlântico, em sua pesquisa, West e Shearer (2017) demonstram que o controle da fertilidade e a imposição da maternidade às mulheres cativas asseguravam a renovação da força de trabalho e a reprodução do capital. Essa política também incidia sobre o homem negro, cuja virilidade era regulada e explorada de forma sistemática. A reprodução tornou-se política de Estado e dispositivo econômico, em que o corpo era simultaneamente mercadoria e semente, revelando o entrelaçamento entre biologia e escravidão.

No Brasil, embora a reprodução cativa não tenha sido institucionalizada, a dominação sobre a sexualidade negra foi igualmente estruturante, a masculinidade escravizada era vista como força de trabalho e procriação, expressão da “dupla apropriação da vida” que Paton (2023, p. 255) associa ao capitalismo racial. O prazer e o afeto foram transformados em funções produtivas, e o corpo masculino foi disciplinado para servir ao projeto de herança colonial. A ausência de estudos sobre essa figura não reflete sua inexistência, mas o apagamento de uma prática que reduziu o homem negro à condição de instrumento de continuidade econômica e simbólica.

A pedagogia da servidão, conforme Machado (2018, p. 291), foi essencial para sustentar essa economia moral, pois “a escravidão produziu corpos ensinados a servir e a reproduzir a ordem senhorial”, a virilidade compulsória, assim como a maternidade forçada, configurava-se como aprendizado da subordinação, uma pedagogia do desejo controlado. A animalização do homem negro, construída sob o estigma da virilidade excessiva, servia para justificar o domínio racial e naturalizar a exploração sexual. O corpo tornava-se espelho da hierarquia social, onde a força era celebrada, mas o desejo era punido, perpetuando o ciclo de erotização e castigo.

A leitura de Hooks (2019, p. 32) ilumina a dimensão simbólica desse processo ao lembrar que “o olhar branco sobre o corpo negro sempre foi uma forma de exercer poder”, tal olhar não apenas objetificava, mas produzia o corpo como território de controle e temor. Silva (2025b) observa que essa contradição moral — condenar o desejo e explorá-lo em silêncio — já estruturava o imaginário colonial e persiste como herança simbólica. O cativo reprodutor, nesse sentido, encarna o paradoxo da modernidade escravista: ser ao mesmo tempo fonte de

riqueza e alvo de repulsa, documento vivo da hipocrisia social que fundou a economia da dominação e o culto da moralidade.

A análise dessa maquinaria colonial, portanto, exige deslocar o olhar das grandes narrativas abolicionistas e adentrar as tramas do cotidiano, ao invés de liberdade, a reprodução forçada oferecia um novo tipo de cativo, agora biológico e hereditário. O nascimento de cada criança escravizada representava não apenas a continuidade da escravidão, mas o lucro antecipado dos senhores, nesse arranjo, a política da carne operava como uma engenharia da dominação. A normatização da sexualidade negra servia ao propósito econômico e racial do sistema, a genealogia do capital escravista estava escrita no sangue dos corpos cativos.

A reprodução, no contexto da escravidão, não pode ser compreendida como experiência homogênea nem reduzida a um projeto estatal de controle biológico, isso porque, embora haja registros de reprodução forçada, não se pode generalizar tal prática como regra universal do sistema senhorial. Campos (2020), ao estudar o Espírito Santo oitocentista, mostra que a reprodução endógena expressava também dinâmicas afetivas e culturais próprias das senzalas. O corpo negro, nesse cenário, era simultaneamente instrumento de coerção e território de resistência, um espaço em que o domínio se cruzava com a possibilidade de afeto, parentesco e continuidade simbólica.

As pesquisas de Matheus (2019) sobre batismos de escravizados em Bagé evidenciam que muitos cativos utilizaram o ritual religioso como forma de legitimar laços familiares e proteger suas descendências, nesse mesmo sentido, Slenes (2011, p. 87) observa que “na senzala floresceu uma família que o sistema tentou sufocar, mas não conseguiu eliminar”, revelando que a reprodução podia se realizar como gesto natural de sobrevivência e não apenas como imposição. A reprodução, nesse sentido, assume um caráter ambíguo: imposta pela estrutura senhorial e reinventada como estratégia de humanidade. Essa ambivalência reafirma que o cativo, ainda que opressor, não anulou as formas de amor e solidariedade entre os escravizados.

A masculinidade negra, forjada nesse ambiente de contradições, expressa uma síntese entre dor e resistência, em seu artigo, Santos (2014) demonstra que as masculinidades da diáspora africana emergiram nas encruzilhadas entre dominação e dignidade, nas quais o homem negro foi vigiado, mas também se fez sujeito. Por sua vez, Ribeiro (2015) adverte que romper com os estereótipos da virilidade violenta é reconhecer no homem cativo a dimensão do cuidado e da afetividade. O corpo masculino escravizado, portanto, não se limita ao signo

da força física: ele é também corpo relacional, capaz de inscrever solidariedade, paternidade e memória em meio à repressão.

A leitura interseccional proposta por Conrado e Ribeiro (2017) amplia essa reflexão ao tratar a masculinidade negra como construção histórica e política. Para os autores, o “negro homem” é resultado de um processo de desumanização que, paradoxalmente, também produz reexistência. Seguindo essa linha de pensamento, Ribeiro e Faustino (2019) reforçam que a experiência masculina negra na diáspora é marcada por um contínuo movimento de reconstrução de si frente ao racismo estrutural. Reconhecer a reprodução como processo simultaneamente natural e coercitivo é admitir que a vida cativa oscilava entre o domínio do capital e a busca incessante pela liberdade.

Nesse horizonte, a figura de Pata Seca emerge como símbolo da engenharia social que transformou a virilidade negra em capital, sua imagem, preservada pela memória oral e pelo imaginário popular, denuncia a instrumentalização do corpo masculino como recurso produtivo e simbólico. A reprodução compulsória que lhe é atribuída não deve ser lida como mito redentor, mas como metáfora da violência sistemática inscrita na carne. Sua ausência nos registros oficiais não significa inexistência, mas marca o trauma coletivo e o silenciamento histórico, compreender essa figura é reconhecer que o corpo negro, mesmo subjogado, continuou a gerar vida, memória e denúncia.

Com isso, observa-se que a lógica reprodutiva não estava isolada da economia política mais ampla, mas constituía seu fundamento invisibilizado, as práticas senhoriais de planejamento da reprodução cativa estavam entrelaçadas às transformações do capital cafeeiro e industrial. O corpo negro não era apenas força de trabalho: era herança, era semente, era moeda. Essa realidade não desapareceu com a abolição, mas foi absorvida por novas formas de controle social e racial, a dominação escravista, portanto, estruturava-se na produção material e na reprodução biológica. A próxima seção, ao abordar a sexualização da masculinidade negra, aprofundará esse dispositivo de poder.

Corpo, sexualidade e poder: masculinidade negra e reprodução no cativo

A construção da masculinidade negra no contexto colonial não se deu de forma neutra, tampouco naturalizada, mas por meio de processos discursivos que atribuíram ao corpo do homem escravizado atributos estratégicos à ordem senhorial. Segundo Hall, Woodward e Silva (2011), a identidade é constantemente produzida e reconfigurada sob regimes de significação que operam a partir de relações de poder. Nesse processo, o corpo negro

masculino foi marcado por signos que o associavam à força, à fertilidade e à resistência animalizada. Essa narrativa, reiterada pela cultura dominante, foi funcional à reprodução como dispositivo disciplinador, a virilidade atribuída ao cativo convertia-se, assim, em ativo econômico e ideológico.

Essa dimensão simbólica não se dissociava da gestão concreta da sexualidade no interior das propriedades escravistas, onde os senhores organizavam relações de acasalamento forçado com fins produtivos, de acordo com Whitaker, Fiamengue e Veloso (2010), a institucionalização do silêncio sobre o trauma reprodutivo revela um pacto social e discursivo que visava apagar o caráter violento dessa política biológica, a sexualidade não era compreendida como esfera de subjetividade, mas como elemento programável e mensurável, inserido nas estratégias de lucratividade do engenho. O corpo do escravizado era, ao mesmo tempo, ferramenta de trabalho e reprodutor compulsório, essa condição imposta esvaziava qualquer autonomia sobre sua corporeidade.

Nessa direção, é preciso compreender que a masculinidade negra passou a operar como uma função do sistema e não como uma experiência subjetiva livre, o modo como essa função era socialmente construída torna-se evidente nas práticas discursivas que naturalizavam a "potência" (grifo nosso) do africano, como mecanismo de legitimação da reprodução forçada. Hall, Woodward e Silva (2011) demonstram que tais imagens produzem efeitos concretos na percepção da alteridade racial, a virilidade do homem negro não era celebrada como identidade, mas manipulada como atributo funcional. Em vez de dignidade, o que se cultivava era produtividade sexual, o corpo, assim, era simultaneamente linguagem e instrumento.

Essa instrumentalização da masculinidade negra remete, ainda, ao modo como os espaços educativos da época colaboraram para sustentar essa imagem reificada do cativo, conforme analisa Brandão (1982), a educação serviu como prática social que reforçava estruturas de desigualdade e disseminava concepções hierárquicas sobre os corpos. Os saberes socialmente legitimados silenciaram as experiências vividas dos sujeitos escravizados e fortaleceram uma memória coletiva moldada pelo olhar hegemônico. O corpo do escravizado, portanto, foi excluído da história narrada nos espaços formais de saber, sua sexualidade, ainda que explorada economicamente, permaneceu marginalizada como tema legítimo de reflexão e reparação.

Dessa maneira, a análise crítica da construção da masculinidade negra implica também revisitar o papel da antropologia no processo de exotização dos corpos colonizados, Strathern

(2013) adverte que muitas leituras antropológicas contribuíram para cristalizar estereótipos racializados sob o verniz da ciência. A leitura do corpo negro como espaço de excesso sexual não foi apenas um produto da experiência colonial, mas também de sua posterior legitimação por saberes institucionalizados. Tal processo reforça a ideia de que a dominação não se deu apenas na prática escravista, mas também na narrativa científica que se seguiu, a representação do corpo torna-se, assim, uma forma de violência prolongada.

No interior desse sistema, a função de “reprodutor” atribuída ao cativo masculino inscreve-se em uma lógica de biopoder, essa racionalidade, mais do que explorar a força de trabalho, visava controlar a produção da vida em si. Whitaker, Fiamengue e Veloso (2010) demonstram como esse controle se efetivava pela repetição de práticas normativas silenciosas, mas profundamente estruturantes, a reprodutibilidade não era espontânea; ela era calculada, direcionada e monitorada por interesses senhoriais. O corpo, neste caso, transformava-se em máquina de descendência cativa, o desejo era substituído pela ordem, e o afeto, pela função demográfica.

Com isso, a negação da experiência subjetiva do homem escravizado revela-se também na linguagem, Hall, Woodward e Silva (2011) apontam que a linguagem sobre o negro quase sempre esteve a serviço de sua delimitação identitária. Na escravidão, a fala do cativo sobre si mesmo foi constantemente desautorizada, e sua sexualidade narrada apenas a partir do interesse externo, tal recusa em ouvir os sujeitos escravizados contribuiu para solidificar uma estrutura de silenciamento que ainda hoje exige ser desmontada. A masculinidade negra, nesse sentido, não foi apenas explorada; foi interdita em sua expressão, essa interdição persiste como herança discursiva da violência colonial.

Não obstante, Brandão (1982) evidencia que a educação pode operar, também, como ferramenta crítica para desarticular essas narrativas opressoras, o reconhecimento das estratégias de reprodução simbólica e material da opressão permite abrir espaço para outras leituras do corpo negro. É nesse ponto que a crítica historiográfica encontra sentido político, ao propor o resgate da experiência encarnada como fundamento da denúncia, a abordagem da masculinidade negra não pode se restringir aos efeitos da dominação, mas precisa visibilizar as condições históricas que a tornaram funcional ao capital, essa visibilidade é passo fundamental para construir memória e justiça.

Diante do exposto, observa-se que a categoria de “escravo reprodutor” está inserida em uma lógica que intersecciona gênero, sexualidade, raça e economia, moldando profundamente o corpo negro masculino como território de exploração. O silêncio que recaiu

sobre tais práticas não é apenas ausência de voz, mas estratégia deliberada de ocultamento das violências reprodutivas, o apagamento não é aleatório, mas estrutural e reiterado. Ao perceber isso, torna-se urgente investigar os modos pelos quais a memória coletiva registra ou rejeita tais experiências, abrindo caminho para a próxima seção, que abordará a figura de Pata Seca como símbolo da narrativa invisibilizada.

Memória, narrativa e invisibilização: a figura de Pata Seca entre mito e história

A evocação da figura de Pata Seca (Figura 1), frequentemente narrada por meio da oralidade, insere-se em um campo de disputas simbólicas que tensiona a relação entre história oficial e memória coletiva. “Nascido em Sorocaba em 1827, foi comprado em 1849 por um fazendeiro para atuar como escravo reprodutor, devido à crença de que sua altura de 2,18 metros o tornaria mais apto a gerar filhos homens. Estima-se que tenha deixado mais de duzentos descendentes, e que parte significativa da população local possua origem em sua linhagem”². Sua longevidade, alcançando aproximadamente 130 anos, associada à força física e obediência, conferiu-lhe algumas regalias dentro da condição de escravizado, consolidando sua presença como mito histórico e social.

Bourdieu (1998) adverte que toda biografia é uma construção social, moldada pelas condições históricas que a produzem, nesse sentido, a narrativa de Pata Seca, ainda que circule sem comprovação documental plena, revela mais sobre os silêncios da história do que sobre a precisão dos fatos. Sua figura sobrevive como memória viva das contradições do sistema escravista, situada entre o apagamento institucional e a resistência da fala comunitária. A biografia, aqui, não busca comprovar o passado, mas iluminar a forma como a sociedade reelabora suas feridas, transformando o corpo negro em arquivo simbólico e o silêncio em testemunho histórico.

² Disponível em: < <https://www.carlinhoslimanews.com/noticias>>. Acessado em: 24.09.2025.

Figura 1 - Roque José Florêncio – Pata Seca.

Disponível em: < <https://www.carlinhoslimanews.com/noticias>>. Acessado em: 24.09.2025.

Nesse sentido, a noção de memória aqui adotada vai além da lembrança individual e se configura como prática social de construção simbólica, a obra de Halbwachs (1990) sustenta que a memória coletiva é tecida pelas interações e pela continuidade entre sujeitos que compartilham uma experiência comum. Ao evocar a figura de Pata Seca, portanto, não se busca a comprovação factual de sua existência, mas compreender como a lembrança social reinterpreta a dor do corpo escravizado e a reinscreve no imaginário afrodescendente. A ausência de registros formais não diminui o valor histórico dessa evocação, que revela a persistência de uma memória construída nos interstícios da história.

Nessa perspectiva, a narrativa sobre Pata Seca deve ser lida como um gesto de resistência cultural e política, Nora (1993) observa que os lugares de memória surgem quando a continuidade se rompe, e é precisamente nesse intervalo que a oralidade assume o papel de preservação. Mesmo sem localização geográfica precisa, o relato sobre Pata Seca atua como contraponto à história hegemônica, transformando o silêncio dos arquivos em voz. A memória, assim, converte-se em instrumento de reinscrição da experiência negra na linguagem, afirmando o direito à lembrança como forma de justiça simbólica.

Com base nesse contexto, Portelli (2010) argumenta que o valor da história oral está naquilo que ela expressa em sua subjetividade, pois dá sentido ao vivido e revela o que a escrita oficial silencia. A memória de Pata Seca, nessa leitura, não precisa ser verificada por documentos, mas interpretada como enunciação de uma violência estrutural que atravessa gerações. A palavra, transmitida pela escuta, torna-se espaço de elaboração do trauma e de

reconstrução identitária, ouvir esses relatos é, portanto, reconhecer que o corpo ausente fala - e que o silêncio, longe de ser vazio, é testemunho da memória que resiste ao esquecimento.

Além disso, é preciso considerar que a construção da figura de Pata Seca se dá no interior de territórios marcados pela experiência do apagamento, Fiamengue e Whitaker (2014) indicam que muitas comunidades quilombolas constroem suas narrativas em meio à escassez de registros e ao abandono institucional. Nesses espaços, o oral torna-se arquivo vivo, estruturado por práticas de resistência cotidiana. O nome de Pata Seca aparece entrelaçado à memória da reprodução forçada, não como dado genealógico, mas como denúncia enraizada na experiência coletiva, o que se diz dele revela o que não foi dito de muitos.

Através desse olhar, torna-se possível compreender que a narrativa de Pata Seca opera como dispositivo contra-hegemônico, seu corpo, tomado como reprodutor compulsório, ressurge como símbolo da brutalidade ocultada nas leituras celebratórias da abolição. Como destaca Portelli (2010), o valor da história oral não reside na factualidade, mas na construção de sentidos sociais e afetivos. Nesse caso, o corpo falado funciona como denúncia daquilo que os arquivos se recusaram a registrar, a escuta dessas vozes não substitui o documento, mas o desafia em seu monopólio da verdade histórica.

Ainda mais relevante é perceber que essa memória oral, embora coletiva, não é uniforme, Bourdieu (1998) chama atenção para os riscos da “ilusão biográfica”, isto é, da naturalização de uma trajetória como se fosse linear e coerente. A história de Pata Seca, tal como é contada, sofre reconfigurações conforme o contexto comunitário, a intencionalidade do narrador e os vínculos com a ancestralidade. Essas variações não invalidam sua importância, mas reforçam a necessidade de abordá-la com metodologia crítica, ao invés de buscar precisão cronológica, interessa-se aqui pelos usos sociais da lembrança.

Ao mesmo tempo, cabe refletir sobre a função pedagógica da narrativa que se mantém mesmo diante da escassez de fontes oficiais, Halbwachs (1990) contribui ao indicar que as memórias coletivas não apenas preservam, mas educam. A repetição do nome de Pata Seca em contextos quilombolas não objetiva apenas a rememoração, mas também a transmissão de um passado que ensina. Por essa via, o relato da reprodução forçada inscreve-se como instrumento de elaboração da dor e, ao mesmo tempo, como ferramenta de conscientização histórica, a educação da memória, nesse caso, encontra-se profundamente politizada.

A própria resistência das comunidades em manter viva essa lembrança, conforme argumentam Fiamengue e Whitaker (2014), evidencia que o silenciamento não é passivo, mas

produto de forças que atuam na tentativa de desmobilização histórica. A reconstrução da figura de Pata Seca emerge, assim, como gesto contra o esquecimento imposto por um modelo historiográfico que prioriza documentos sobre corpos. A narrativa sobre sua virilidade imposta, mesmo sem validação arquivística, carrega uma verdade histórica encarnada na vivência ancestral, não se trata, portanto, de mera oralidade, mas de produção consciente de legado.

O modo como a história de Pata Seca se propaga, apesar de sua marginalidade nos arquivos públicos, revela uma dinâmica própria de produção de sentido, Portelli (2010) insiste que as vozes silenciadas não apenas resistem, mas reinventam modos de dizer o indizível. A reprodução forçada, representada por ele, constitui uma memória do corpo que desafia a epistemologia colonial, nessa perspectiva, a história oral não busca substituir a escrita, mas confrontá-la. A figura do reprodutor cativo então atravessa o tempo como símbolo de uma dor estrutural ainda não reparada.

Ao reconhecer o valor epistemológico da memória que circula em torno de Pata Seca, abrem-se caminhos para compreender como essas vozes orais dialogam com a educação histórica, nesse sentido, a seção seguinte investigará as implicações pedagógicas da memória e sua potencialidade como instrumento de enfrentamento ao silenciamento institucional. Ao tratar da relação entre escola, narrativa e justiça social, a próxima análise se voltará à função política da escuta e à possibilidade de construir práticas educativas baseadas na memória como campo de resistência e dignidade.

Educação, resistência e produção de sentidos na atualidade

A educação, quando compreendida como prática emancipadora, abre caminhos para a revisão crítica das narrativas dominantes que historicamente ocultaram a violência da reprodução forçada, nesse sentido, Freire (1994) propõe a leitura do mundo como ato político e pedagógico que permite desvelar os mecanismos que sustentam a opressão. A memória de Pata Seca, ao ser trazida para o espaço escolar, desafia a neutralidade dos currículos e tensiona os limites da história ensinada. O conhecimento, então, deixa de ser reprodutor da desigualdade e passa a se configurar como prática de denúncia, é nesse movimento que se inicia a resistência.

Sob essa perspectiva, pensar a reprodução como violência exige também reformular os métodos de abordagem das questões históricas, Thiollent (1987) argumenta que a investigação social deve assumir caráter crítico, desconfiando dos consensos produzidos pelas

elites intelectuais. Ao invisibilizar o corpo reprodutor escravizado, a historiografia tradicional alimentou uma metodologia seletiva, que escolhe quem merece ser lembrado. A ausência da figura de Pata Seca nos compêndios escolares não se trata de esquecimento casual, mas de operação epistemológica, dessa forma, as estruturas de ensino devem ser repensadas à luz de metodologias contra-hegemônicas.

Além disso, a reflexão educacional sobre a violência da escravidão demanda sensibilidade para as formas de saber oriundas das comunidades historicamente silenciadas, Shiva (2003) adverte que o conhecimento dominante, ao se afirmar como universal, instaura a monocultura do saber, apagando epistemologias plurais. Nesse cenário, o relato oral sobre Pata Seca configura-se como conhecimento alternativo que desafia as hierarquias acadêmicas, portanto, é preciso, construir currículos que acolham essas vozes e que reconheçam sua potência política, a escola, nesse caso, torna-se espaço de reinvenção de memórias negadas.

De maneira correlata, Souza (2010) analisa as contradições das políticas públicas que, mesmo dirigidas à população negra, reproduzem padrões de silenciamento institucional, a figura de Pata Seca, à circular em narrativas comunitárias, denuncia essas lacunas e aponta para a necessidade de uma política educacional ancorada na escuta dos sujeitos históricos. O resgate da memória de reprodutores escravizados não é mero exercício de rememoração, mas construção ativa de reparação simbólica. O reconhecimento dessas histórias constitui passo essencial para o enfrentamento das desigualdades ainda presentes, essa pedagogia se inscreve na luta por justiça.

Nesse sentido, é fundamental que a prática pedagógica se conecte com o compromisso ético de reumanizar os corpos racializados pela violência colonial, Freire (1994) indica que o diálogo é instrumento de humanização, e sua ausência consolida a cultura do silêncio. Ao tratar a reprodução como estatística ou utilidade econômica, a lógica colonial desumanizou os sujeitos negros, reduzindo-os a recursos genéticos. Trazer essas histórias à cena educativa é um gesto de reintegração simbólica, o corpo de Pata Seca, ao ser narrado com escuta atenta, recupera dimensões de humanidade negadas pela história oficial.

Todavia, tal reintegração não se realiza sem conflito, pois ela confronta discursos consolidados por séculos de dominação epistêmica, a crítica de Shiva (2003) à exclusividade do saber ocidental indica a urgência de revisar os fundamentos da produção científica e escolar. O reconhecimento da oralidade como forma legítima de construção de verdade histórica exige ruptura com os paradigmas eurocentrados. Nesse contexto, a escola assume um papel de mediação entre as memórias comunitárias e o conhecimento formal, propondo o

diálogo como prática de legitimidade, o conhecimento deixa de ser monopólio e se torna negociação histórica.

A inserção de narrativas como a de Pata Seca no ambiente educativo também promove uma reconfiguração do conceito de cidadania, Souza (2010) enfatiza que a cidadania plena só se realiza quando as memórias dos sujeitos marginalizados são incluídas na cultura oficial. A reprodução forçada, ao ser silenciada, produziu exclusão simbólica, negando aos descendentes desses corpos o direito à memória., a educação, nesse caso, é ferramenta de pertencimento. Não se trata apenas de informar, mas de incluir os corpos e suas histórias na teia do reconhecimento social, nesse cenário, a cidadania passa pela memória.

Ao incorporar a pedagogia da escuta e da denúncia, a prática educativa desafia as lógicas de produção de esquecimento, Thiollent (1987) propõe que o trabalho com as práticas sociais seja feito a partir da observação crítica dos sistemas de exclusão. A invisibilização da reprodução como violência é uma dessas formas de exclusão estrutural, o que não é dito, o que não é ensinado, torna-se parte ativa da opressão. A figura de Pata Seca, ao emergir nos discursos escolares, tensiona esse pacto de silêncio, o desafio é transformar a escola em território de ruptura com a pedagogia da negligência histórica.

Nesse percurso, é possível afirmar que o resgate da figura de Pata Seca no campo educativo não apenas contribui para a revisão da história, mas provoca a reconfiguração da própria função da educação, Freire (1994) lembra que ensinar exige coragem para lutar contra os mecanismos que estruturam a injustiça. Ao abordar a reprodução forçada como prática colonial de controle, os educadores rompem com o ciclo da desinformação. Seguindo essa linha de pensamento, Silva (2025a) comenta que, a escola, enquanto espaço de disputa simbólica, precisa garantir lugar para a dor e para a verdade daqueles que foram historicamente silenciados, isso constitui ato político e pedagógico.

Criticamente, compreende-se que a reprodução forçada de pessoas escravizadas foi um dos mecanismos de controle populacional e de ampliação patrimonial empregados sob a racionalidade colonial, mas não pode ser considerada uma prática institucionalizada na história brasileira. A figura de Pata Seca revela uma face da inscrição do corpo negro masculino nas estruturas de gênero, raça e poder que sustentaram o regime escravocrata, seu corpo, transformado em símbolo da virilidade vigiada, aponta para uma das maneiras de inscrição da masculinidade negra como instrumento de acumulação e vigilância. Ao evocar sua memória no campo educativo, desconstroem-se as narrativas que naturalizam o lucro

sobre a carne e reafirma-se uma pedagogia crítica capaz de confrontar as bases morais e econômicas da colonização.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu reconhecer a centralidade da reprodução forçada no regime escravista brasileiro como uma tecnologia de controle racial e econômico, o percurso teórico e a problematização histórica evidenciaram que a figura de Pata Seca, enquanto símbolo construído e transmitido por narrativas orais, se inscreve como chave interpretativa de um passado marcado por violências múltiplas. A pesquisa confirmou, assim, que a invisibilização desse tipo de violência decorre de estratégias estruturais de apagamento, sustentadas pela hegemonia historiográfica.

A crítica empreendida revelou que os mecanismos institucionais e acadêmicos ainda operam no sentido de silenciar as dimensões de gênero e raça implicadas na reprodução compulsória. As questões formuladas no início da investigação foram respondidas com base na correlação entre o silenciamento historiográfico e a persistência do racismo estrutural. A ausência de registros oficiais não inviabiliza a existência do fenômeno; ao contrário, exige o reconhecimento da história oral como fonte legítima de conhecimento e reparação. A escuta ativa das memórias afrodescendentes mostra-se, portanto, um gesto de justiça epistêmica.

Do ponto de vista teórico, a investigação amplia o campo de diálogo entre a história, a educação e os estudos críticos decoloniais, a pedagogia, enquanto prática social situada, foi reconhecida como território possível de ressignificação das experiências de violência e de construção de novos sentidos históricos. A análise demonstrou que o ensino crítico da escravidão, com atenção à reprodução forçada, contribui não apenas para a formação cidadã, mas também para a desconstrução das monoculturas do saber, assim, reforça-se a importância de currículos plurais e antirracistas.

No plano prático, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de metodologias pedagógicas mais sensíveis às memórias silenciadas, sobretudo no que se refere à experiência negra na diáspora, a figura de Pata Seca constitui uma oportunidade singular de inserir temas difíceis, porém fundamentais, nos espaços escolares e formativos. O reconhecimento da sua importância como símbolo histórico fortalece o papel da educação como ferramenta de resistência e reparação, além disso, permite ampliar as práticas docentes que valorizam a escuta, a oralidade e a ancestralidade como potências formativas.

Embora o presente estudo tenha se apoiado em referenciais bibliográficos consistentes, identificam-se possibilidades de aprofundamento teórico e metodológico em futuras pesquisas. Investigações que articulem outras formas de reprodução forçada, com ênfase nas experiências das mulheres escravizadas, poderão enriquecer o debate sobre as múltiplas violências que estruturaram o sistema escravista. Igualmente, novas leituras que se aproximem da história pública e das pedagogias decoloniais poderão expandir os alcances educativos desse tema, a memória de Pata Seca permanece como um campo fértil para reinvenções críticas e políticas.

Por fim, este trabalho reforça que a reprodução forçada foi uma engrenagem funcional do sistema escravista, operando não apenas na manutenção do cativo, mas também na perpetuação de um projeto racial de dominação e acúmulo. A evocação de Pata Seca não se limita à denúncia de uma violência passada, mas reabre o debate sobre as continuidades desse modelo na estrutura social contemporânea. Ao reunir memória, crítica e formação, a pesquisa oferece uma contribuição acadêmica que convida à ruptura com a pedagogia do esquecimento e à construção de uma história partilhada com justiça e verdade.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAMPOS, Adriana Pereira. **Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos**. Vitória: UFES, 2020.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite; IANNI, Octavio. **Corpo e sociedade**. São Paulo: Difel, 1982.
- CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Revista de Estudos Feministas**, v. 25, p. 73-97, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FIAMENGUE, Elis Cristina; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Os desafios da emergência no Brasil de um rural “esquecido”: as comunidades quilombolas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 67-78, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

- MACHADO, Maria Helena P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MATHEUS, Marcelo Santos. **Batismos de escravos e a reprodução da escravidão (Bagé, século XIX)**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PATON, Diana. História das relações de gênero, história global e escravidão atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social. **Afro-Ásia**, n. 67, p. 249-299, 2023.
- PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homens negros, negro homem: sob a perspectiva do feminismo negro. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 2, p. 52, 2015.
- RIBEIRO, Alan Augusto Moraes; FAUSTINO, Deivison Mendes. **Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.
- SANTOS, Daniel dos. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2014.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Global, 2003.
- SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- SILVA, Clodoaldo Matias da. Entre o diálogo e o conflito: os desafios de ensinar democracia em um Brasil polarizado. **Marupiara: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins**, v. 10, n. 1, p. 01–17, jan./jun. 2025a.
- SILVA, Clodoaldo Matias da. As damas da noite e os espelhos da moral: hipocrisia e marginalidade na Manaus da Belle Époque. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 10, p. 1672–1685, 2025b.
- SILVA, José Francisco Graziano da; HOFFMANN, Rodolfo. **Caracterização do novo rural brasileiro: 1992-1998**. São Paulo: Pesquisa Fapesp, 2001.
- SOUZA, Marinaldo Fernando de. **Das formas instituídas às contradições reveladas: análise das práxis educacionais das políticas públicas de assistência social**. Araraquara: UNESP, 2010.
- STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.
- TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria: São Carlos: 1850-1950**. 3. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- WEST, Emily; SHEARER, Erin. Fertility control, shared nurturing, and dual exploitation: the lives of enslaved mothers in the antebellum United States. **Women's History Review**, v. 26, n. 4, p. 593-610, 2017.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social brasileira. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2010.